



Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

## **GABINETE DA VEREADORA AMANDA RODRIGUES**

**EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ.**

### **PROJETO DE LEI Nº 081 /2025**

**Cria o Programa Censo de Pessoas Com TEA – Transtorno do Espectro Autista – e de seus familiares no Município de Maracanaú e dá outras providencias.**

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ DECRETA.**

**Artigo. 1º** - Fica instituído o Programa Censo de Pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista – e de seus familiares e seu cadastramento, no âmbito do Município de Maracanaú, o senso tem como objetivo identificar, mapear e cadastrar o perfil socioeconômico das pessoas com TEA e seus familiares, com vistas ao direcionamento das políticas públicas de saúde, educação, trabalho e lazer dessas pessoas.

**Artigo. 2º** Com os dados obtidos por meio da realização do Censo das Pessoas com TEA e de seus familiares será elaborado um cadastro que deverá conter informações:

I – Quantitativas sobre os tipos e os graus de autismo no qual a pessoa com TEA foi acometida;

II – O grau de escolaridade, nível de renda, profissão da pessoa com TEA e seus familiares.

**Artigo. 3º** - O Programa de que se trata esta Lei será realizado a cada dois anos, devendo conter mecanismos de atualização mediante auto cadastramento.

**Artigo. 4º** - O sistema de gerenciamento e mapeamento dos dados contemplará, em sua composição, ferramentas de pesquisa básica e de pesquisa ampla para manuseio de secretarias afins, abrangendo os cruzamentos das informações quantitativas necessárias para a articulação e formulações de políticas públicas.

I - Os dados obtidos por meio do Programa são inalteráveis e deverão ser transpostos para o banco de dados das secretarias responsáveis pelo projeto.





**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

**II** - As estatísticas do cadastro deverão estar disponíveis, preservando-se os direitos invioláveis de sigilo, a fim de proteger as pessoas com autismo e suas famílias.

**Artigo. 5º** - A instituição ou órgão responsável pela elaboração e execução do Programa empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de forma subsidiar com dados estatísticos a melhoria da qualidade no tratamento da pessoa com TEA, visando solução por meio de políticas públicas de incentivo específico, poderá informar:

**I** – A quantidade de profissionais especialistas disponíveis e imprescindíveis ao tratamento multidisciplinar do autismo que atendem na rede pública e privada no Município;

**II** – Qual o déficit de profissionais especializados.

**Parágrafo Único.** Os profissionais especialistas imprescindíveis ao tratamento multidisciplinar do autismo incluem: neurologistas, psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, nutricionistas, terapeuta ocupacional, fisioterapeutas, educadores físicos, entre outros.

**Artigo. 6º** - O registro da pessoa com TEA no cadastro Municipal de que trata esta lei será feito mediante a apresentação do laudo de avaliação médica.

**Artigo. 7º** - O Poder Público, para a consecução dos fins previstos na presente Lei, poderá celebrar convênios com as instituições ou empresas públicas e privadas.

**Artigo 8º** - As despesas da decorrente execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, caso necessário.

**Artigo. 9º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Wilson Camurça da Câmara Municipal de Maracanaú, em 05 de março de 2025.

**Amanda Oliveira Rodrigues Portela**  
Vereadora







Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei é justificável, pois tem o intuito de obter através do censo, dados quantitativos da população Maracanaense que é portadora do Transtorno do Espectro Autista – TEA, assim como de seus familiares também.

Em nosso Município existe um Número considerável de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no que se refere ao quantitativo ainda não é possível termo essa informação precisa.

Autismo é uma síndrome que afeta vários aspectos da comunicação, além de influenciar também no comportamento do indivíduo. Segundo dados do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) dos EUA em 2023, órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existem hoje um caso de autismo a cada 110 pessoas. Dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus 212 milhões de habitantes, possua cerca de 2 milhões de autistas. Contudo, apesar de numerosos, os milhões de brasileiros autistas ainda sofrem para encontrar tratamento adequado. Em nosso Município não é diferente temos que ter mais espaços, equipamentos e políticas públicas, para que possamos fazer a inclusão cada vez mais dessas pessoas na sociedade e diminuir as filas de espera nos atendimentos existente.

Embora a grande incidência de autismo no Brasil e no mundo, foi apenas em 1993 que a síndrome foi adicionada à classificação internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde. Contudo, esta demora, reflete hoje o pouco que se sabe sobre a questão. Ainda hoje o diagnóstico é impreciso, e nem mesmo um exame genético é capaz de afirmar com precisão a incidência da síndrome.

O estudo vem mostrando que o TEA pode gerar nos pais da criança, sentimento de culpa, perda de confiança no futuro, estresse conjugal, problemas psicológicos e redução na renda familiar e outros problemas.

Quando uma família pobre ou em situação de vulnerabilidade, essas adversidades são potencializadas, principalmente em famílias sob responsabilidade apenas da mãe. O alto índice de vulnerabilidade social da família acaba privando seus membros afetados pelo TEA de evoluírem com tratamentos, impedindo que tenham uma melhor qualidade de vida. Sendo assim, é enfatizada a importância de políticas públicas de amparo e proteção a essas famílias, baseadas em dados precisos provenientes do Censo disposto neste projeto de lei.

Pelos motivos expostos peço o voto dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

**Amanda Oliveira Rodrigues Portela**  
**Vereadora**

